

# **A Boa-fé Objetiva nos Contratos Administrativos Brasileiros**

2ª edição



DE ACORDO COM  
A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
(LEI NO 14.133/2021)

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

*Copyright* ● 2021 *by* Luciano Araújo de Castro

Categoria: Direito Administrativo

Produção Editorial  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C355b

Castro, Luciano Araújo de

A boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros : de acordo com a nova lei de licitações e contratos administrativos (Lei no 14.133/2021) / Luciano Araújo de Castro. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021. 280 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 235-256.

ISBN 978-65-5510-944-3

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Contratos administrativos. 3. Licitação pública – Legislação – Brasil. 4. Boa-fé (Direito). 5. Princípios gerais do direito. I. Título.

CDD 342.8106

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XI
<b>Apresentação</b> .....	XV
<b>Nota do Autor à 2ª Edição</b> .....	XIX
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 A Boa-Fé Objetiva no Direito Contratual Privado Brasileiro:</b>	
<b>o Campo de Incidência Amadurecido</b> .....	17
1.1 Do Código Civil de 1916 ao Código Civil de 2002: a abertura do sistema e a consequente centralidade alcançada pela boa-fé objetiva .....	19
1.2 Princípios clássicos e novos do Direito Contratual Privado Brasileiro: o momento de hipercomplexidade .....	34
1.3 O atual estágio de desenvolvimento da boa-fé objetiva no Direito Contratual Privado Brasileiro: a previsão legislativa, o desenvolvimento doutrinário e a repercussão jurisprudencial.....	50
1.4 Síntese conclusiva do capítulo.....	74
<b>2 A Boa-Fé Objetiva no Direito Administrativo Brasileiro: o Campo de Incidência em Desenvolvimento</b> .....	77
2.1 Fundamentos normativos para a incidência da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro: os princípios constitucionais da moralidade administrativa e da segurança jurídica e a Lei nº 9.784/1999 .....	80
2.1.1 Moralidade administrativa e boa-fé objetiva.....	80
2.1.2 Segurança jurídica e boa-fé objetiva.....	90
2.1.3 A Lei nº 9.784/1999 e a boa-fé objetiva .....	95
2.1.4 O dever de o administrado atuar segundo a boa-fé objetiva .....	100
2.2 Desdobramentos da incidência da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro.....	103
2.2.1 Óbices teóricos supostos à aplicabilidade da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro .....	104

2.2.2 Aproveitamento, pelo Direito Administrativo, dos desenvolvimentos do Direito Privado relativamente à boa-fé objetiva.....	111
2.2.3 O princípio da proteção da confiança legítima: ainda o terreno da boa-fé objetiva .....	115
2.2.4 O redimensionamento do princípio da legalidade e da discricionariedade administrativa pela boa-fé objetiva.....	122
2.3 Aplicações do princípio da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro pelos tribunais: a visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça .....	142
2.3.1 A boa-fé no Direito Administrativo Brasileiro segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ... de janeiro/1999 a outubro/2016 .....	143
2.3.2 A boa-fé no Direito Administrativo Brasileiro segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – de janeiro/1999 a outubro/2016 .....	156
2.3.3 Novas aplicações da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça – de novembro/2016 a agosto/2021 .....	165
2.4 Síntese conclusiva do capítulo .....	173
<b>3 A Boa-Fé Objetiva nos Contratos Administrativos Brasileiros: o Campo de Incidência Negligenciado .....</b>	<b>179</b>
3.1 Contrato administrativo: o moribundo não morreu .....	180
3.2 A incidência da boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros: a entrada pela porta da frente e uma outra hipercomplexidade .....	194
3.3 Aplicações do princípio da boa-fé objetiva nos contratos administrativos pelos tribunais: a visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça – de janeiro/1999 a agosto/2021.....	201
3.4 Propostas de resolução de questões relacionadas aos contratos administrativos à luz da boa-fé objetiva.....	205
3.4.1 Responsabilidade da Administração Pública decorrente da anulação da licitação quando não há contrato assinado (responsabilidade pré-contratual).....	205

3.4.2 Pedido de reajuste e/ou de repactuação após a prorrogação do contrato administrativo .....	213
3.4.3 Responsabilidade da Administração Pública por prestações realizadas pelo particular depois de expirado o prazo de vigência contratual (responsabilidade pós-contratual) .....	219
3.4.4 Perda do prazo de prorrogação de contratos de fornecimentos e serviços contínuos: saneamento à luz da boa-fé objetiva .....	224
3.5 Síntese conclusiva do capítulo .....	228
<b>Conclusão</b> .....	231
<b>Referências</b> .....	235